

# Falta de quórum impede a votação no 1º dia do "esforço concentrado"

Da Sucursal de Brasília

Apenas 246 parlamentares acionaram os terminais eletrônicos de votação ontem, às 18h30, no primeiro dia de "esforço concentrado" convocado pelo presidente do Congresso constituinte para acelerar as votações em segundo turno do projeto da nova Carta. Com a insuficiência de quórum para retomar os trabalhos (são necessários 280 constituintes), Ulysses encerrou a sessão, convocando outra para hoje, às 13h30.



"Lamento o ocorrido, mas vamos compensar isso com as sessões que faremos de manhã, de tarde, se for preciso até de noite", disse Ulysses ao deixar o plenário. Segundo ele, compareceu "um número significativo de constituintes, levando-se em conta que é uma segunda-feira".

Os líderes partidários voltaram a se reunir depois do encerramento da sessão, para retomar as negociações sobre os destaques (emendas votadas isoladamente) ao projeto constitucional. Até o início da sessão, as negociações tinham atingido o capítulo "Do Poder Executivo".

Os acordos fechados pelas lideranças neste Título garantiram a manutenção dos seguintes pontos: competência exclusiva do Congresso Nacional para "aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares"; "apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão"; "escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União".

Entre os assuntos de competência exclusiva do Senado, os acordos garantiram a prerrogativa de "autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios" e "fixar, por proposta do presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados e dos municípios".

## Sarney reúne lideranças para pedir rapidez

Da Sucursal de Brasília

Em reunião que durou pouco mais de uma hora, no Palácio da Alvorada, o presidente José Sarney recomendou às lideranças governistas que apoiem o "esforço concentrado" convocado pelo presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães para as votações do Congresso constituinte. "Vamos dar a colaboração máxima ao nosso querido presidente", disse Saldanha Derzi, líder do governo no Senado, referindo-se a Ulysses.

Além do senador Derzi, participaram da reunião o senador Edison Lobão (PFL-MA), o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e o assessor Henrique Hargreaves.



Os deputados José Lins, Inocêncio de Oliveira, Néelson Jobim, José Lourenço e Ulysses (esq. para dir.)

## Acordo permite ao PFL apresentar emenda contra 2 turnos este ano

Da Sucursal de Brasília

A liderança do PMDB e dos demais partidos no Congresso constituinte acertaram ontem pela manhã acordo que, contrariando o regimento interno, permitirá ao PFL apresentar, no capítulo das Disposições Transitórias, emenda que derruba a existência de dois turnos nas eleições de 15 de novembro próximo.

Em troca, o PFL se comprometeu a voltar às negociações, sem atrasar o ritmo dos trabalhos constituintes. Até ontem à tarde, o único partido que não havia se posicionado sobre o acordo era o PSDB.

A implantação dos dois turnos nas eleições deste ano não é consensual entre os 239 senadores e deputados constituintes do PMDB.

O líder do partido no Congresso

constituinte, deputado Néelson Jobim (RS), afirmou que determinará à bancada que vote favoravelmente aos dois turnos no texto permanente.

Jobim afirmou, no entanto, que deixará a questão em aberto nas Disposições Transitórias.

A posição do PMDB, que tem a maior bancada no Congresso constituinte, aumenta as chances de o PFL conseguir vetar os dois turnos e facilita a intervenção dos governadores no processo.

A bancada mineira, por exemplo, formada por 28 constituintes, deverá seguir a indicação do governador Newton Cardoso, contrário às eleições municipais em dois turnos.

Além do PMDB, a esquerda também está dividida. O PDT, por exemplo, está disposto a votar contra, se não conseguir estender o segundo turno a todos os municípios

e não apenas àqueles com mais de 200 mil habitantes, como consta no texto original.

O PT, que apresentou emenda visando suprimir a restrição, afirma que votará pela manutenção do texto original, caso não consiga aprovar seu destaque.

Segundo o deputado José Genoíno (SP), um dos vice-líderes do PT, o partido defenderá as eleições em dois turnos, mesmo correndo o risco de ser prejudicado pelo mecanismo em algumas prefeituras às quais concorrerá.

Constituintes do PSB e o PSDB também têm se mostrado favoráveis à manutenção dos dois turnos nas eleições.

Ao ser questionado sobre sua posição, o líder do PFL, deputado José Lourenço (PFL-BA), preferiu não emití-la.

## Parlamentares não chegam a acordo sobre reeleição de Ulysses à Câmara

Da Sucursal de Brasília

Diante da possibilidade de um número reduzido de parlamentares no primeiro dia do "esforço concentrado", os líderes partidários no Congresso constituinte adiaram para hoje a votação das duas emendas que podem garantir a reeleição de Ulysses Guimarães (PMDB-SP) à presidência da Câmara dos Deputados. Não houve acordo entre as lideranças sobre as emendas.

O adiamento foi decidido às 16h30 de ontem, no gabinete do líder do PMDB na Casa, deputado Néelson Jobim (RS), segundo o vice-líder do PT, José Genoíno (SP). Genoíno disse que seu partido vai lutar para impedir qualquer acordo que introduza novas expressões no texto para resolver a situação do senador Alexandre Costa (PFL-MA).

Escolhido pelo presidente Sarney para governar o Distrito Federal, Costa perderá o mandato se optar pelo novo cargo, em virtude de impedimento previsto pela nova Carta.

O governo busca um acordo de lideranças para violar o regimento interno e "criar" uma emenda que retire a vedação.

Com a volta formal do PFL às negociações, anunciada por Jobim depois de uma reunião de quase duas horas com o líder pefelista José Lourenço (BA) no gabinete de Ulysses, as lideranças negociaram todos os pontos pendentes até agora e iniciaram a discussão do Título 4 (Da Organização dos Poderes), fechando acordos para a votação da maior parte do capítulo "Do Poder Legislativo". Não houve acordo para a votação das restrições à publi-

cidade oficial (proibição da colocação de nomes que caracterizem promoção pessoal), que deverá ser decidida no plenário.

Entre os assuntos pendentes que resultaram em acordo, está a questão dos "marajás". As lideranças concordaram em alterar o texto para colocar como o teto da remuneração dos servidores públicos nos municípios o salário recebido pelos prefeitos. Não existia emenda para a alteração, que será feita com a concordância de todos os partidos —que infringe o regime interno.

Não houve acordo para a aprovação da emenda do vice-líder do PT Plínio de Arruda Sampaio (SP), que pretende a supressão da exigência de pelo menos 5% do eleitorado para a "iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do município, da cidade ou de bairros".